



O PROCESSO DE ATENDIMENTO E O TRABALHO PEDAGÓGICO PARA ALUNOS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA ESCOLA ELCY LACERDA

Jeniffer de Lirio Rodrigues¹

Daiane Freitas de Souza²

Efigenia das Neves B. Rodrigues²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de atendimento e o desenvolvimento do trabalho pedagógico realizado com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação na Escola Elcy Rodrigues Lacerda, no estado do Amapá. A pesquisa de abordagem qualitativa, com estudo de caso, foi conduzida por meio da aplicação de questionários aos professores e ao coordenador da Instituição. A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdos proposta por Bardin (2016). Os resultados revelam que, apesar dos inúmeros desafios como a ausência de uma trajetória escolar positiva, vínculos fragilizados e influência de fatores externos, como a atuação de facções criminosas, a escola desempenha um papel fundamental na ressignificação do projeto de vida desses adolescentes. As práticas pedagógicas que valorizam o acolhimento, a construção de vínculos, a personalização do ensino e o trabalho em rede com outros setores (justiça, assistência social e família) se mostraram fundamentais para o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e emocionais, contribuindo para a efetiva reinserção social desses jovens.

Palavras-Chave: Medidas socioeducativas. Reintegração social. Práticas Pedagógicas.

¹ Acadêmica concluintes do curso de Pedagogia pela Faculdade Meta.

² Acadêmica concluintes do curso de Pedagogia pela Faculdade Meta.

² Doutora pela Universidade Federal do Pará, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá, licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, professora da educação básica pelo governo do estado do Amapá. Professora das disciplinas Planejamento Educacional e Currículo da Educação Básica pela Faculdade Meta. efigenia_nb@yahoo.com.br

ABSTRACT

This study aims to understand the service process and the development of the pedagogical work carried out with adolescents undergoing socio-educational internment measures at Escola Elcy Rodrigues Lacerda, in the state of Amapá, Brazil. The research, with a qualitative approach and case study design, was conducted through the application of questionnaires to teachers and the school coordinator. Data analysis was carried out based on the content analysis technique proposed by Bardin (2016). The results reveal that, despite numerous challenges such as the lack of a positive educational trajectory, weakened social ties, and the influence of external factors like the presence of criminal factions the school plays a fundamental role in redefining these adolescents' life projects. Pedagogical practices that value welcoming, the construction of social bonds, personalized teaching, and networked work with other sectors (justice, social assistance, and family) have proven essential for the development of cognitive, social, and emotional skills, contributing to the effective social reintegration of these young people.

Keywords: Socio-educational measures. Social reintegration. Pedagogical Practices.

INTRODUÇÃO

É extremamente relevante para a temática que se saiba o que são as medidas socioeducativas, elas são sanções jurídicas aplicadas aos adolescentes que cometem atos infracionais, essas medidas existem para que o adolescente seja responsabilizado pelos seus atos e a medida de internação é a mais severa utilizada em atos de natureza grave chamado

“privativa de liberdade” com prazo determinado pelo juiz, o tempo máximo é de 3 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) onde estão os seus direitos, garantias e deveres dos responsáveis para com eles. Entre esses direitos está previsto o direito à educação, a prevalência dos direitos humanos e dignidade humana. O Estatuto da Criança e Adolescente, no seu artigo 103, define ato infracional, como: conduta descrita como crime ou contravenção penal. Sendo assim, os adolescentes são inimputáveis, mas, não significa que ficam impunes (Santos, 2022).

O funcionamento das medidas socioeducativas é basicamente feito a partir do perfil dos adolescentes, que chegam à Unidade de Internação, muitos adolescentes apresentam sentimentos desfavoráveis com relação às escolas e, em sua maioria utilizam substâncias psicoativas ilícitas, chegando ao nível de dependência química. Ovarionados pela sociedade do consumo, cabe destacar o vício pelo consumo de produtos que lhes proporcione a ilusão de ser aceito por seus grupos de pares, o que por vezes é porta de entrada para a ilegalidade.

Segundo Ayala (2018), o método de ensino mais empregado a medidas socioeducativas é a EJA (Ensino de Jovens e Adultos). A duração do ensino vai depender de vários fatores, como nível de ensino. A EJA é empregado para jovens de 15 anos com fundamental incompleto ou com 18 anos ou mais que não tenham completado o ensino médio. A duração costuma ser mais curtas para possibilitar a rápida certificação e melhores oportunidades na integração social desses menores infratores.

Contudo o que foi analisado anteriormente pode ser dito que o objetivo geral dessa pesquisa é compreender o processo de atendimento do núcleo escolar quanto ao cumprimento de medidas socioeducativas. Mas é evidente que para isso é necessário a verificação de como acontece a participação pedagógica planejada para o fim da EJA em escolas com medidas socioeducativas. Demonstrar como a escolarização na medida socioeducativa pode construir cidadãos diferentes positivamente, de modo a classificar a implementação de atividades pedagógicas planejadas com ênfase na ressocialização e conscientização dos atos criminosos. A necessidade dessa temática dá-se pela importância das atividades pedagógicas contribuintes para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais no processo de ressocialização de menores infratores e na ferramenta da educação com âmbito no processo de medidas socioeducativas.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

As medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei estão diretamente relacionadas às sanções jurídicas previstas para aqueles que cometem atos infracionais. Essas medidas têm como principal objetivo promover a responsabilização do adolescente por suas ações, ao mesmo tempo em que visam sua reintegração social. Nesse contexto, há uma estreita relação com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),

especialmente com as disposições contidas no artigo 90, que estabelece diretrizes para a execução dessas medidas (Santana, 2023).

As medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais constituem um conjunto de sanções jurídicas previstas pelo ordenamento brasileiro com o objetivo de responsabilizar o jovem, sem perder de vista sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Tais medidas estão fundamentadas nos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em especial, o artigo 90 do ECA estabelece que as entidades encarregadas da execução dessas medidas devem estar estruturadas com base na dignidade da pessoa humana, na promoção da convivência familiar e comunitária, bem como no respeito aos direitos e garantias fundamentais dos adolescentes. Assim, evidencia-se a importância de uma abordagem socioeducativa que vá além do caráter punitivo, promovendo efetivamente a reinserção social do adolescente em conflito com a lei (Santana, 2023).

O PAPEL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA GARANTIA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

O embasamento jurídico que rege a aplicação das medidas socioeducativas encontra-se estabelecido no ECA, por meio da Lei nº 8.069, datada de 13 de julho de 1990 estabelece as seguintes medidas: Advertência verbal (o juiz chama a atenção do adolescente para que ele não repita o erro); Obrigação de reparar o dano (o adolescente deve ressarcir os danos causados à vítima ou à sociedade); Prestação de serviço a comunidade (o adolescente deve realizar atividades gratuitas em benefício à comunidade); Liberdade assistida (o adolescente é acompanhado por um orientador que fiscaliza seu cumprimento de regras e deveres); Semiliberdade (o adolescente fica em uma instituição que permite saídas autorizadas) e por fim Internação (o adolescente é privado totalmente de sua liberdade residindo dentro do Núcleo) (Santana, 2023).

Ainda de acordo com o autor supracitado as medidas socioeducativas possuem um caráter pedagógico que visa à reintegração do jovem infrator à sociedade, mas também têm um caráter sancionatório, como resposta à sociedade pela lesão decorrente da conduta típica praticada, revelando, assim, uma natureza híbrida. O que significa que de maneira similar, as medidas socioeducativas são destinadas a cumprir tanto um propósito pedagógico quanto a

evitar a sanção, permitindo que o menor infrator não seja punido, mas sim que busque corrigir seu comportamento e ser reintegrado à sociedade.

Entre as muitas inovações, pode-se destacar a doutrina da proteção integral, insculpida no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (CF) que é um verdadeiro instrumento de democracia participativa, que concebeu as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos fundamentais, tendo em vista que o antigo Código de Menores não estabelecia tal garantia (Pinto, 2017).

A construção de um Estado Democrático de Direito requer amplas reflexões de ordem política, sociológica e, sobretudo, jurídica, tendo como fundamento essencial o princípio da dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, destaca-se como objetivo fundamental a edificação de uma sociedade livre, justa e solidária, pautada na erradicação da pobreza e da marginalização, na redução das desigualdades sociais e regionais, bem como na promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos ou qualquer forma de discriminação (Pinto, 2017).

Nessa perspectiva, o ECA representa um marco significativo no ordenamento jurídico brasileiro, sendo reconhecido como um importante avanço na proteção integral dos direitos da infância e da adolescência. No entanto, é necessário reconhecer que o presente é resultado de uma trajetória histórica marcada por acertos e equívocos. Compreender esse percurso tornase essencial para interpretar o contexto atual e contribuir de forma crítica e propositiva para a construção de um futuro mais justo e inclusivo (Pinto, 2017).

O MODELO TUTELAR E A ESTIGMATIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE

Historicamente, a forma como o Estado brasileiro tratou crianças e adolescentes esteve marcada por uma visão tutelar e excludente, na qual esses sujeitos eram considerados juridicamente incapazes e, portanto, meros objetos de proteção estatal, e não titulares de direitos. Essa concepção estabeleceu uma distinção clara entre crianças oriundas das classes privilegiadas e aquelas em situação de vulnerabilidade, frequentemente rotuladas como estando em “perigo moral ou material”. A ideia de proteção legal ao “menor” consolidou-se de maneira paradoxal, uma vez que, ao mesmo tempo em que pretendia garantir segurança, frequentemente resultava em violações de direitos fundamentais. A incapacidade jurídica atribuída ao menor tornava irrelevante sua opinião nos processos que o envolviam, refletindo um modelo

autoritário e centralizado, no qual o juiz da Infância e Juventude acumulava funções jurisdicionais e administrativas, muitas vezes suprimindo a ausência de políticas públicas efetivas (Pinto, 2017).

Além disso, não havia distinção clara entre adolescentes em conflito com a lei e aqueles em situação de abandono ou necessidade de proteção, o que originou categorias estigmatizantes, como “menor abandonado” ou “delinquente juvenil”. Esse modelo culminava em práticas de privação de liberdade arbitrária, como no sistema da antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do menor (FEBEM), onde crianças e adolescentes eram internados por tempo indeterminado, sem qualquer garantia de devido processo legal ou respeito às normas fundamentais de justiça (Pinto, 2017).

A análise das origens do cárcere é de certo modo o tema central dessa temática, sendo assim, é fundamental para a compreensão dos fundamentos que justificam a aplicação da pena privativa de liberdade. Tais origens remontam a um modelo histórico consolidado ao longo de séculos, cujas raízes estão profundamente entrelaçadas com as premissas do sistema neoliberal, dificultando sua superação. As instituições prisionais, embora tenham como finalidade formal a ressocialização, frequentemente operam sob uma lógica punitiva que obscurece esse objetivo, revelando contradições estruturais que demandam urgente revisão das políticas de tratamento direcionadas aos indivíduos privados de liberdade, denominados

“reeducandos” (Feitosa, 2021).

Ademais, essas instituições assumem, por vezes, um caráter mercantilista, ao se tornarem fontes de geração de capital, o que compromete sua função social e reforça a lógica da punição em detrimento da reabilitação. Nesse contexto, emerge a necessidade de refletir criticamente sobre a efetivação do direito à educação no sistema prisional, especialmente no que se refere à modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Feitosa, 2021).

A TEORIA MISTA DA PENA: EDUCAÇÃO, CORREÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL

A partir das contribuições de Feitosa (2021) problematiza-se a hipótese de uma “invisibilidade” institucional da EJA por parte do Estado, a qual compromete sua integração às demais políticas educacionais públicas voltadas ao ambiente prisional. Ainda que regulamentada legalmente, a EJA nas prisões nem sempre alcança os objetivos propostos, em

razão de diversos fatores estruturais, administrativos e políticos que limitam sua plena implementação. Tal cenário instiga reflexões acerca da possibilidade de construção de uma liberdade verdadeiramente emancipadora, promovida por meio da educação, para aqueles que estão em processo de reintegração à sociedade (Feitosa, 2021).

A teoria absoluta, conforme exposta sustenta que "o castigo compensa o mal e dá reparação à moral", orientando-se pela premissa de que a punição tem um caráter estritamente punitivo, sem considerar a pessoa do delinquente, mas focando exclusivamente no restabelecimento da ordem pública. Para a Escola Clássica, influenciada pelos ideais iluministas, a pena era vista como um meio de retribuição e não de transformação do infrator. Em contraposição, as teorias relativas, ou positivistas, atribuem à pena um objetivo de prevenção geral, argumentando que "a pena não era mais um castigo, mas uma oportunidade para ressocializar o criminoso", e que o isolamento do infrator da sociedade seria uma forma de proteção à coletividade (Feitosa, 2021).

Por fim, a teoria mista adota uma abordagem integradora, reconhecendo a pena como uma medida de prevenção moral, mas também entendendo-a como um "misto de educação e correção", que combina aspectos punitivos e educativos na busca pela reintegração do infrator, nessa perspectiva é defendido a possibilidade, simultaneamente, realizar a "neutralização" do infrator e promover sua ressocialização efetiva, desde que a pena de privação de liberdade seja associada a "medidas de permissões", como saídas temporárias, trabalho externo e o contato com a sociedade, contribuindo para sua reintegração gradual (Feitosa, 2021).

ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ELCY RODRIGUES LACERDA

A Escola Estadual Professora Elcy Rodrigues Lacerda foi fundada em 4 de abril de 1997, iniciando suas atividades no prédio do antigo Complexo Aninga, localizado no bairro Buritizal. Com a posterior desativação do Complexo Aninga, foi inaugurado o Complexo CESEIN (Centro Socioeducativo de Internação), situado no bairro Beírol, com a finalidade de atender adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade, tendo como principal objetivo a ressocialização.

Em conformidade com as exigências legais vigentes, oferta a educação nas modalidades de Ensino Fundamental e Ensino Médio regulares, além da modalidade de Educação de Jovens

e Adultos (EJA), integrando sua proposta pedagógica aos princípios da ressocialização dos socioeducandos.

Atualmente, a escola funciona dentro do Complexo CESEIN e dispõe da seguinte infraestrutura: quatro salas de aula, uma cozinha, uma sala de coordenação pedagógica, dois banheiros, uma sala de informática, uma sala destinada ao projeto “Sucata Nossa de Cada Dia”, uma sala de reuniões e planejamento, e uma sala de vídeo, que também atende ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Além da carga horária prevista no currículo escolar, a instituição de ensino oferece uma variedade de projetos pedagógicos que contribuem significativamente para o processo de escolarização e para a reinserção social dos estudantes. Dentre esses projetos, destacam-se: Robótica Educacional, Música na Escola, "Sucata Nossa de Cada Dia", Informática, Libras, Química Experimental e Cinema na Escola.

Anualmente a escola realiza a Mostra Pedagógica, evento que conta com a participação ativa dos alunos, os quais apresentam produções desenvolvidas sob a orientação de seus professores.

CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O método adotado nesta pesquisa foi o estudo de caso, por se tratar de uma investigação aprofundada em um contexto institucional específico Núcleo de Medidas Socioeducativas de Internação Masculina buscando compreender, a partir do olhar do pedagogo, os aspectos que envolvem o atendimento e o trabalho pedagógico com adolescentes em privação de liberdade.

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, com o objetivo de compreender, a partir da percepção dos profissionais da educação, as práticas pedagógicas e o processo de atendimento realizados no contexto do Núcleo de Medidas Socioeducativas de Internação Masculina. A pesquisa buscou captar as experiências, reflexões e desafios enfrentados por professores e pedagogos que atuam diretamente com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

TÉCNICA PARA COLETA DE DADOS

A técnica de coleta de dados utilizada será a pesquisa de campo, com aplicação de questionário com perguntas abertas, voltado ao pedagogo que atuam no referido núcleo. O questionário foi elaborado com foco na investigação do trabalho pedagógico desenvolvido junto aos adolescentes privados de liberdade, bem como das condições estruturais, desafios institucionais e estratégias adotadas no processo educativo e de reintegração social.

Antes da aplicação dos questionários, foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o direito à informação, ao anonimato e à voluntariedade, conforme preceitos éticos definidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Para a análise compreensivo-interpretativa da análise de dados que foram realizadas a partir da técnica da análise de conteúdos pela proposta de Bardin (2015). Essa técnica permitiu uma compreensão crítica sobre como o trabalho pedagógico sua articulação com os objetivos da medida socioeducativa, especialmente no que se refere à promoção de uma educação com potencial emancipador e à reintegração do adolescente à sociedade.

A aplicação dos questionários foi feita presencialmente, em momento previamente definido e acordado com o profissional participante, garantindo um ambiente propício à escuta qualificada e à preservação da confidencialidade das informações prestadas.

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS E O PROCESSO DE ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

A análise a seguir dedica-se aos dados coletados com o pedagogo da Escola Elcy Lacerda, cuja visão foi fundamental para elucidar as práticas pedagógicas da instituição. Por meio das respostas obtidas, foi possível mapear os principais desafios, as estratégias de intervenção e a percepção sobre as atividades desenvolvidas para o processo de ressocialização dos jovens em situação de liberdade privada. Este parágrafo introduz a discussão desses resultados, que revelam aspectos cruciais sobre o funcionamento e as prioridades educacionais da escola.

Perguntamos ao Pedagogo sobre o tempo serviço na Escola Elcy Lacerda, de acordo com a sua resposta são 10 anos de atividade na escola. Quanto ao processo de inserção do aluno em cumprimento de medida socioeducativa no ambiente escolar, nos foi dito que:

[...] o aluno primeiramente é acolhido pela equipe técnica do Centro de Internação, neste acolhimento inicial, o Pedagogo do CESEIN faz uma avaliação prévia e verifica a documentação escolar do adolescente, bem como verifica se o mesmo estava frequentando a escola antes de ser privado de liberdade. Após essa etapa o técnico pedagogo do Centro de Internação realiza a matrícula na secretaria da escola. Após a matrícula é realizado o primeiro atendimento do aluno já com o pedagogo da escola. Neste atendimento são repassadas as normas e regras e conduta adequada no ambiente escolar. Também se verifica a inclinação do aluno por alguma área, considerando as disciplinas do currículo. Também é apresentado ao aluno os projetos que a escola desenvolve e explica-se como o aluno poderá participar. Outro ponto importante do atendimento é a checagem para verificar se o aluno tem algum conflito com os alunos que já estão frequentando regularmente a escola. Finalizando esses procedimentos o aluno é apresentado a sua turma e passa a frequentar a escola.

O procedimento descrito revela uma estrutura organizacional muito boa e uma articulação entre o Centro de Internação (CESEIN) e a escola. No entanto, uma análise mais aprofundada expõe tensões entre a eficiência burocrática e a necessidade de um acolhimento genuinamente humanizado, especialmente considerando o perfil do aluno em privação de liberdade. Outro elemento importante é a colaboração entre o pedagogo do CESEIN e o da escola, essa ação demonstra que não há uma simples transferência do aluno, mas um esforço coordenado para garantir a continuidade de seu direito à educação.

De acordo com a fala do pedagogo, quando o adolescente é apreendido em decorrência de um ato infracional e é levado para o CESEIN a primeira ação é verificar se o interno está matriculado em alguma unidade de ensino. Percebe-se que a instituição tem uma preocupação com a educação desses adolescentes, logo, a instituição tem um viés de ressocialização conforme Freire, (1970, p. 60) "A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. A educação é, assim, um ato de amor, de coragem. É uma prática da liberdade."

Em um segundo momento, é realizado a matrícula na escola, que funciona por etapas que vai do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. O interno é matriculado na série que ele interrompeu os estudos ou estava estudando. No entanto, a maioria dos adolescentes já está em situação de evasão escolar há um longo período. Observamos também que os técnicos e

profissionais tem uma preocupação em checar se os internos tinham associações com facções para evitar possíveis conflitos com outros internos que já estejam no núcleo e seja de facção rival.

Quanto aos principais desafios enfrentados no atendimento pedagógico desses alunos, o Pedagogo citou dois que mais impactam no processo de inserção na escola: O primeiro está relacionado a confiança para que o aluno recém-chegado fale abertamente sobre possíveis conflitos com os demais alunos, uma vez que temem ser citados ao apontar situações dessa natureza. O segundo está na falta de referência escolar positiva por parte do aluno, uma vez que a escola antes da privação, pela grande maioria não era vista como agradável ou acolhedora, resultando em uma dificuldade de alguns direcionamentos.

Dois fatores se destacam como os mais impactantes no processo de inserção escolar de adolescentes em privação de liberdade. O primeiro diz respeito à dificuldade de o aluno recém-chegado confiar no ambiente escolar a ponto de relatar abertamente conflitos com outros colegas, uma vez que há receio de sofrer represálias ao expor situações delicadas. O segundo fator está relacionado à ausência de uma referência escolar positiva, pois, na maioria dos casos, antes da internação, a escola não era percebida como um espaço acolhedor ou agradável. Essa visão negativa dificulta o engajamento dos adolescentes com as propostas pedagógicas e os direcionamentos institucionais.

Outra questão importante foi sobre o tipo de formação continuada oferecida aos profissionais que trabalham com este público e com qual periodicidade. O Pedagogo deixou claro que as formações acontecem semestralmente. Procuramos saber também sobre a articulação entre as equipes pedagógica e equipe técnica da instituição (Pedagogo, Assistente Social, Psicólogo etc.)

Sim, a escola sempre está em contato com a equipe técnica que acompanha o aluno no centro de internação trocando informações sobre comportamento, saúde, conflitos, insatisfação e demandas cobradas pelos alunos, que fazem parte apenas da rotina do centro de internação extra escola. Quando há necessidade o aluno pode ser atendido conjuntamente pela equipe da escola e equipe técnica de referência que o atende. A integração e informações compartilhadas, são importantíssimas para o direcionamento do aluno na escola e também no centro de internação.

Observamos que no núcleo há um Pedagogo que é responsável pelo interno a partir do momento que ele chega na instituição e um outro Pedagogo da escola que está localizada dentro do núcleo, este é responsável apenas por questões educacionais equivalente à uma escola

tradicional³. Dito isto, a escola e a equipe técnica do núcleo estão em constante contato e troca de informações, entretanto cada um tem sua autonomia e um não interfere no trabalho do outro.

No que diz respeito às contribuições do processo educativo para a reintegração social desses adolescentes, a resposta foi “sim, que contribui, pois é na escola que ele passa grande parte do dia em atividades, e isso o oportuniza a conviver com seus pares e suas diferenças”. Afirmou também que a escola trabalha não só com o processo de escolarização, mas também valores e condutas éticas e sociais que são imprescindíveis para se viver em sociedade, neste sentido aproxima o sujeito privado de liberdade da sociedade, uma vez que promove a reflexão e ao mesmo tempo o coloca como sujeito constituinte dela.

Isso é posto em prática por meios de projetos, oficinas rodas de conversa e eventos no calendário escolar, que se assemelham a escola fora da medida socioeducativa. Em alguns casos há alunos que descobrem em nossa escola habilidades relacionado a educação que até então não haviam desenvolvido e nem acreditavam que poderiam desenvolver. Isso deve-se ao fato principalmente, por não termos muitos alunos por turma, sendo uma média de 5 alunos atualmente, permitindo ao professor fazer quase que um trabalho individualizado, considerando as dificuldades e potencialidades dos alunos.

Assim, quando há essa descoberta, as possibilidades desse aluno continuar na rede educacional pós medida é muito grande, o que vai ocupar parte do seu tempo na escola. No entanto, faz necessário ressaltar que não é somente o processo educativo que garantirá o sucesso da reinserção, pois há também aspectos socioeconômicos e culturais que vão além da escola.

Ficou claro que o interno é levado ao núcleo para cumprir a medida de internação na intenção de ser ressocializado, e esse objetivo se dá por meio do processo educativo que contribui significativamente para sua reintegração social, no sentido de reflexão dos seus atos, ensinamentos de condutas éticas e sociais.

E por meio dos projetos ofertados na escola acontecem casos de internos que descobrem e desenvolvem habilidades que eles nem sabiam que tinham contribuindo para que ele tenha

³ A escola tradicional no Brasil, também conhecida como pedagogia tradicional, é um modelo de ensino centrado na figura do professor, que é visto como o detentor do conhecimento e responsável pela transmissão de informações aos alunos. Esse modelo, ainda bastante presente nas escolas brasileiras, valoriza a memorização, a repetição e a avaliação por meio de provas e testes, com foco no conteúdo programático e na preparação para exames.

mais interesse em continuar seus estudos. Corroborando com Paulo Freire (1982, p. 40) "a educação tem sentido porque mulheres e homens aprendem que, através dela, podem fazer e refazer-se, podem dizer a sua palavra, ter um lugar no mundo." Entretanto não cabe somente a escola ou ao núcleo sua ressocialização. Há ainda fatores externos que são determinantes para o êxito no processo de ressocialização e na prevenção de reincidência em atos infracionais após o desligamento do núcleo.

Quanto as melhorias a partir das políticas públicas na implementação da prática pedagógica para garantir uma educação de qualidade para esses alunos, o docente afirma que:

Dado as especificidades da escola, cito a matrícula a qualquer tempo do aluno e sua transferência também da mesma forma, se faz necessário uma adaptação curricular e pedagógica para tornar mais dinâmico o atendimento educacional. Dado, em alguns casos o curto período de permanência. Em nível de políticas públicas, a destinação de recursos exclusivos para a escola que atende a privados de liberdade, considerando um financiamento especial que não estejam necessariamente atrelados a normas de escolas comuns.

Entendemos que considerando as especificidades da escola que atende adolescentes privados de liberdade, é fundamental reconhecer a necessidade de adaptações curriculares e pedagógicas que tornem o atendimento educacional mais dinâmico e flexível. A matrícula e a transferência dos alunos ocorrem em qualquer período do ano letivo, o que, somado ao curto tempo de permanência de muitos internos, exige estratégias educacionais diferenciadas, capazes de garantir o direito à aprendizagem mesmo em contextos de instabilidade.

Do ponto de vista das políticas públicas, destaca-se a importância de destinar recursos exclusivos e adequados à realidade dessas instituições. Isso implica a criação de um modelo de financiamento específico, que considere as demandas singulares das unidades socioeducativas, desvinculando-se das normas aplicadas às escolas regulares, a fim de garantir um funcionamento eficaz e equitativo.

Perguntamos ainda sobre o tipo de acolhimento pedagógico é oferecido a esses alunos no início e durante o cumprimento da medida.

E o pedagogo respondeu que é feito o "acolhimento para inserção do aluno na escola de forma segura, atendimento para análise diagnóstica do nível de conhecimento do aluno referente a série/ano/etapa que fora matriculado, atendimento para orientação educacional do aluno diante de dificuldades que não foram sanados em sala de aula, atendimento para demandas de prevenção, mediação e resolução de conflitos, atendimento Educacional Especializado (Caso necessário) e atendimento de "nivelamento" ou recomposição de aprendizagem escolar(caso identificados).

Quando o interno é integrado ao núcleo e é feito todo o processo de documentação, o interno responde um questionário onde ele responde perguntas sobre qual matéria ele mais gosta e menos gosta, qual sua atividade prática preferida, suas habilidades etc. Também é feita uma análise diagnóstica onde é identificado seus pontos fortes e fracos para que a escola trabalhe em cima das respostas, como são poucos alunos é mais fácil trabalhar de forma individualizada dando atenção para cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, fica evidente que o processo educativo dentro da medida socioeducativa vai além da mera transmissão de conteúdos escolares. Trata-se de um trabalho que busca, sobretudo, promover a reflexão, fortalecer a autoestima e construir possibilidades de ressignificação do projeto de vida dos adolescentes em cumprimento de medida. Os relatos dos professores e do pedagogo destacam que a afetividade, o acolhimento, a escuta ativa e o trabalho em rede são elementos indispensáveis para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma significativa.

Apesar dos esforços da equipe escolar, é possível observar que ainda há desafios estruturais e limitações impostas pela ausência de políticas públicas mais efetivas e específicas para este público. A falta de investimentos, de formação continuada e de recursos pedagógicos adequados dificulta o desenvolvimento de um trabalho ainda mais qualificado.

Entretanto, percebe-se que a educação exerce um papel transformador e é uma potente ferramenta na construção de novos caminhos, na desconstrução de estigmas e na promoção da cidadania. Assim, reafirma-se a importância de fortalecer políticas públicas voltadas à educação de adolescentes em conflito com a lei, bem como de garantir formações específicas aos profissionais que atuam nesse contexto, de modo que possam enfrentar os desafios e potencializar as possibilidades de reinserção social desses jovens.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes e violência na escola, 2005, p. 20.

AYALA, Camila Soprani et al. Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação: um estudo sobre a escolarização nos anos de 2016 e 2017 no Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu – pr. Área de concentração: sociedade, cultura e fronteiras, 2018. Url. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3939>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

FEITOSA, Tatiana Da Silva. “Celas” de Aula – a reeducação nas prisões e a importância de um olhar socioeducativo para a oferta de uma liberdade emancipatória. FAGED, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35596>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 48.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar, 2011, p. 38.

Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90.

Constituição Federal de 1988.

PINTO, Edmilda Pereira. As Medidas Socioeducativas, as Remissões e a Justiça Restaurativa: estudo propositivo à Vara da Infância e Juventude da Comarca de Gurupi. Repositório institucional. 2017. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/405>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SANTANA, Vinicius do Amaral. As Medidas Socioeducativas e a Ressocialização do Menor Infrator. Nome do Site. 2023. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptbr&as_sdt=0%2C5&q=as+medidas+socioeducativas+e+a+ressocializa%3%87%3%83o+do+menor+infrator&btnq=. Acesso em: 21 abr. 2025.

SANTOS, Juliano Coimbra. O processo de escolarização como medida de ressocialização na medida socioeducativa. Editora epitaya, 2022. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/374>. Acesso em: 21 abr. 2025.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança, 2007, p. 110.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e educação, 2009, p. 25.

